

CAMPUS

Nº 26

BRASÍLIA UnB DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO. JORNAL LABORATÓRIO

NOVEMBRO, 79

CASO ANA LÍDIA SERÁ REABERTO

As investigações sobre o assassinato de Ana Lídia Braga vão ser reabertas. A determinação é dos desembargadores da 1ª Turma do Tribunal de Justiça do Distrito Federal que, mesmo mantendo a sentença que absolveu Álvaro Henrique Braga e Raimundo Lacerda Duque, ordenaram a reabertura do caso, devido às falhas encontradas no processo.

Só se esperava a publicação do acórdão, que ocorreu no dia 20 de setembro último, para que esta decisão fosse colocada em prática. Agora, caberá à Corregedoria de Polícia determinar qual o organismo policial que ficará encarregado das novas investigações. No entanto, mesmo que, através delas, se chegue novamente à conclusão de que Álvaro e Duque são os prováveis culpados, os dois não poderão ser julgados mais uma vez.

O crime ocorreu no dia 11 de setembro de 1973 e o processo só chegou à Justiça em maio de 1974, sendo distribuído para a 1ª Vara Criminal, cujo juiz, Waldir Meuren, decretou a prisão preventiva dos dois indiciados - os únicos a que a polícia conseguiu chegar. Mais tarde, ele declarou sua incompetência no caso, que passou à alçada do juiz Dirceu de Faria, da 2ª Vara Criminal. Essa mudança demandou vários meses, pois somente em setembro os dois acusados participaram da audiência de interrogatório. A absolvição dos réus se deu em junho de 1975, pelo mesmo juiz, e depois disso o processo tem caminhado pela Justiça do Distrito Federal. Nunca, porém, se chegou a uma conclusão satisfatória, dado às falhas do processo, apontadas pelos jornalistas, magistrados e até pela polícia.



Paraíba quer manter a pesca de baleias



A comissão de estudos formada na Paraíba para procurar alternativas para substituir a baleia, que não será mais pescada no Brasil, acabou por fazer algo bem diferente: está propondo à SUDEPE o adiamento da proibição, de 1981 para 1988. Os membros da comissão estão em Costinha, no litoral da Paraíba, tentando encontrar pescados que substituam a baleia a par-

tir de 1981. Afinal, segundo portaria da SUDEPE, de 1981 em diante está definitivamente proibida a pesca à baleia no Brasil. O adiamento da proibição foi proposto porque essa comissão acredita que até 1981 não se conseguirá encontrar um substituto para a baleia. Mas a decisão final sobre o adiamento da proibição deverá ser dada pelo superintendente da SUDEPE, José Ubirajara Timm.

Senadora proporrá planejamento familiar

Planejamento familiar sob orientação e ajuda do governo é o que proporrá a senadora Eunice Michiles (Arena - AM) ao Congresso.

Seu projeto encontra-se, ainda, em fase de pesquisa, no qual se procura manter

A senadora Eunice Michiles (Arena-AM) anunciou ontem que vai apresentar um projeto sobre planejamento familiar ao Congresso, mas não tem ainda uma data definida para isso, pois está agora estudando os termos da proposta e procurando subsídios para sua redação.

Segundo Eunice Michiles a função do governo se limitará a orientar e dar condições às famílias que queiram limitar o número de filhos. "A participação do governo será a nível de orientação e não de interferência - disse - "cabendo ao casal a decisão final, se deseja ou não planejar sua família". Afirma que a Igreja exerce grande influência em parte da população e se o casal não aceita o controle por razões religiosas essa posição deve ser respeitada.

Conforme explicou a parlamentar, no momento o que tem feito é exercitar o assunto por meio de debates, conferências, congressos, com o povo e seus representantes, e em viagens, como fez recentemente a El Salvador. "Naquele país - disse - existe uma consciência de planejamento familiar que é efetivada a nível de governo. Lá os homens se submetem a operações para tornarem-se estéreis - vasectomia - como forma de colaborar para o controle de natalidade.

"Essa discussão que se está levando a nível nacional é importante, pois se trata de mudar a lei. Hoje, pela legislação brasileira, é proibido limitar o número de filhos. Além disso tenho que estar bem preparada para os apertados do senador Gilvan Rocha, do MDB, que é radicalmente contra o planejamento familiar. Da mesma forma o é a ex-parlamentar Sandra Cavalcanti, se bem que mais moderada", disse.

SÓ CLASSE BAIXA

Conforme a senadora, hoje no Brasil a família de classe alta e média já decide o número de filhos que vai ter. Só quem não planeja é a família de classe baixa, exatamente a que vive em condições precárias, em estado de miséria, que têm as famílias mais numerosas. "É engraçado, o senador Gilvan Rocha é contra o planejamento - disse - mas eu averigui e ele só tem três filhos".

contatos com os diversos setores da população, pois, será com essa base que a proposta da senadora tentará modificar a legislação.

Para isso, segundo informou, já conta com o apoio de vários parlamentares.

Eunice Muchiles foi taxativa ao afirmar que esse é um desafio difícil. "Só se conseguirá ajudar aos casais que queiram um número reduzido de dependentes, se o governo tomar a frente, assumir de fato a responsabilidade e levar ajuda, no sentido de orientação e de conceder recursos a qualquer local do território brasileiro. Segundo ela, se a máquina administrativa não for acionada nesse sentido, o que se fará, será levantar poeira e isso não resolve problema algum.

"Para se fazer a coisa certa e alcançar os resultados desejados, o governo tem que tomar frente. Hoje temos mais de 20 milhões de crianças carentes e somos responsáveis por isso. Só estes números são suficientes para provar que o planejamento familiar se faz necessário e urgente", disse ela.

O que ocorre atualmente, na opinião da senadora, é que, pelo fato da gravidez não tocar no homem, ele cria uma série de problemas ao controle de natalidade via planejamento familiar. "Outro dia estive com uma senhora de 40 anos e dez abortos. A isso não há ser humano que resista."

A senadora declarou-se contra o aborto por razões religiosas, pois é protestante, mas afirmou que não se oporia a um projeto que viesse regulamentá-lo. Para ela o aborto só ocorre quando não se consegue fazer um controle racional de natalidade. E sua preocupação é que a mulher não chegue ao extremo de ter que abortar.

BICHO ESTRANHO

Esse será o primeiro trabalho de Eunice Michiles no Senado. Segundo explicou, não foi até agora mais atuante no parlamento, por estar sendo muito solicitada em debates, palestras e congressos para tratar de assuntos diversos. Está por enquanto satisfazendo as curiosidades por ser a primeira mulher a chegar ao Senado brasileiro. "Na realidade - disse - por vezes me sinto um bicho estranho". A parlamentar acrescentou que para esse primeiro trabalho já conta com o apoio de vários senadores e deputados.

Carlos Magno Lisboa

SUPLENTE AGORA PODE ASSUMIR MANDATO

Incentivar o acesso dos suplentes de parlamentares ao mandato, porque hoje eles hoje estão desestimulados para candidatar-se dada a falta de perspectiva de chegar a assumir: foi para isso que o Congresso aprovou, na semana passada, uma emenda que permite o afastamento de deputados e senadores.

Outra preocupação da emenda é suprir a lacuna deixada pelo titular quando licenciado, porque numa ocasião desta o maior prejudicado é o Estado, que fica sem representante, afirma o senador Benedito Ferreira (Arena-GO), autor da proposta de emenda que recebeu o número 23.

A emenda altera o artigo 36 da Constituição de 1967, que passa a ter a seguinte redação: "Não perde o mandato o deputado ou senador investido na função de Ministro de Estado, Secretário de Estado, Prefeito de Capital ou quando licenciado por período igual ou superior a cento e vinte e cinco dias, por motivo de doença ou para tratar de interesses particulares".

Nesse caso, os suplentes são convocados para ocupar as vagas nas licenças ou investiduras em funções previstas neste artigo. Estabelece, ainda, que na hipótese de licença por motivo de doença o parlamentar afastado receberá apenas a parte fixa dos seus subsídios e, quando tratar de afastamento por interesse particular, o titular não fará jus aos seus vencimentos.

Segundo o vice-líder arenista Aluisio Chaves, senador pelo Pará, o executivo não tem opinião definida sobre a proposta de emenda. A questão foi aberta pelo governo. Acrescenta que não tem nenhum motivo especial para votar contra ela, desde que, em hipótese alguma, no caso de licença para tratar de interesses particulares, o titular perceba qualquer vantagem. Isto exclui qualquer censura de ordem ética, porque não há ônus para a União, nem para o Congresso, diz ele.

Essa não é, porém, a opinião do vice-líder da oposição, deputado Alceu Collares. Embora concorde com o princípio de se reestabelecer a convocação do suplente nos casos já previstos na Constituição de 67, como também a inclusão, entre os motivos de afastamento, de doença do titular, enfatiza que discorda de algumas injustiças consagradas na emenda, como o estabelecimento dos subsídios fixos quando o titular licencia-se por motivo de doenças. Na opinião do deputado, é no momento da doença que o parlamentar mais necessita dos seus vencimentos integrais para cobrir as despesas com a enfermidade.

Acrescenta ainda o deputado Alceu Collares que esta falha deve ter ocorrido por colapso do senador Benedito Ferreira, «ou quem sabe ele legislou dessa forma porque ele é rico e não legislou para ele», mas a maioria dos deputados é de origem pobre e não conta com outras fontes de renda.

Embora o senador Benedito Ferreira tenha consciência de que foi drástico na parte financeira e que a

medida é discriminatória em relação a outros servidores públicos, pois alguns chegam a receber seus vencimentos integrais quando afastados por motivo de doença, o senador argumenta que tal atitude visa evitar que amanhã se venha acusá-lo de estar criando ou restaurando a sinecura existente no passado.

Na opinião do deputado Alceu Collares, o artigo que prevê a licença para tratar de interesses particulares denota confusão de idéias e frisou a necessidade de aprofundar melhor os ângulos da questão. Afirmou ainda que o candidato conquista o mandato popular para defender os programas nacionais e as classes menos favorecidas, não tendo portanto direito de licenciarse para resolver assuntos particulares. «Esse precedente dá margem a muita vigarice e abusos, além de ser um engodo ao eleitor que mal ou bem elegeu o titular e não o suplente», diz ele.

O vice-líder da oposição afirmou também que o «Senador Benedito Ferreira está com a boca torta em consequência do cachimbo autoritário, mantendo a determinação de que os prefeitos das capitais sejam nomeados, isso é um abuso da força. Defendendo as eleições diretas para prefeitos das capitais, através do voto secreto e universal», enfatiza o parlamentar.

COMO É

A Constituição de 67, em vigor, no artigo 36, determina que não perde o mandato, caso se afaste, apenas o deputado ou senador investido na função de Ministro de Estado, Secretário de Estado, ou Prefeito de Capital.

No parágrafo 1º deste artigo está prevista a convocação do suplente no caso de vaga em função prevista neste artigo».

Valda Maria de Queiroz

EXPEDIENTE

CAMPUS

JORNAL-LABORATORIO

UNIVERSIDADE
DE BRASÍLIA (UnB)
DEPARTAMENTO
DE COMUNICAÇÃO N° 25
AGOSTO 1979

Publicação mensal do Departamento de Comunicação da Universidade de Brasília (UnB). Edição e Programação Visual a cargo das disciplinas «Técnicas de Jornal e Periódico I», «Edição Jornalística» e «Paginação de Comunicação». Universidade de Brasília (UnB), Campus Universitário, Asa Norte, 70.000 Brasília, DF.

Diagramação: Turma A - José Lima, Alexandre A. Mascarenha, Maria Aparecida Fernandes, Andréa Valente, Antonio Carlos Lago, Ana Lúcia Malta, Roberto Nogueira.



LOBÃO CRÊ NA VOLTA DAS DIRETAS

Se depender do otimismo de seu autor, vice-líder da Arena, deputado Edison Lobão (MA), a emenda constitucional propondo a volta das eleições diretas para os governos dos Estados em 1982 será aprovada pelo Congresso Nacional, quando da sua votação, prevista para fins de março de 1980. «Não tenho, ainda, a palavra oficial do presidente Figueiredo, mas estou certo de que terei o apoio do meu partido, a Arena, pois, tanto quanto os opositores, nós nos interessamos pelas eleições diretas, que constam do nosso programa partidário», afirma Lobão. O pleito direto foi suprimido pelo «pacote de abril» editado no governo Geisel.

Lobão revela que mais de 200 deputados e 30 senadores já assinaram a proposta de emenda à Constituição, «comprometendo-se, assim, com a sua aprovação em plenário». Entre os signatários da proposta do deputado estão os biônicos Gastão Muller (MT), Alexandre Costa (MA), Murilo Badaró (MG), Aderbal Jurema (PE), Afonso Camargo (PR), entre outros parlamentares arenistas. Os senadores também acreditam na aprovação da emenda, afirmando que as eleições diretas são essenciais ao jogo democrático, e não vêm contradição entre a sua situação de biônicos e o seu apoio às eleições diretas, pois, segundo Alexandre Costa, o mandato indireto para senador decidido pelo ex-presidente Geisel «foi uma necessidade imposta pela conjuntura política da época, que estava caminhando para a radicalização de posições, o que, fatalmente, comprometeria o processo de redemocratização do país».

Edisson Lobão, também, não vê paradoxo na atual posição dos biônicos favoráveis ao retorno do pleito direto para os governos estaduais, pois «eles reúnem condições de se eleger em eleições diretas para o cargo que hoje ocupam indiretamente».

Por enquanto, o Palácio do Planalto, através de seus porta-vozes, não se pronunciou oficialmente com relação à emenda do vice-líder arenista Edison Lobão, propondo a volta das eleições diretas para os governos estaduais. Na ocasião da leitura da iniciativa do deputado, dia 1º passado, em sessão conjunta do Congresso Nacional, o ministro-chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, Saíd Farhat, não confirmou que o presidente Figueiredo já tivesse dado «sinal verde» para a aprovação da emenda Lobão, afirmando que o governo não pretendia «atropelar» o seu cronograma político, precipitando os acontecimentos. O Planalto não quer, segundo indicam as palavras de Farhat, perder o controle sobre o processo democratizante do país desencadeado pelo ex-presidente Geisel, com a extinção do AI-5, e agora sob o comando de Figueiredo.

Segundo o cronograma político traçado pelo governo, a questão eleitoral, na qual está incluída a proposta do deputado Lobão, vem após a definição do quadro partidário, ora em curso - o projeto da reformulação dos partidos já está definido, propondo, entre outros pontos, a extinção da Arena e do MDB e deverá ser votado antes do recesso parlamentar, ou seja, ainda

este ano. Portanto, no entender do Palácio do Planalto, 1980 é o período ideal para uma definição oficial com relação ao retorno das eleições diretas para os governos dos Estados, e outros pontos pendentes: a prorrogação dos mandatos dos atuais prefeitos e vereadores, o adiamento das eleições municipais previstas para o próximo ano, a adoção (ou não) do voto distrital e a Lei Falcão. Até o momento, o governo vem obedecendo rigorosamente a esse cronograma, idealizado com a extinção do AI-5 e que incluiu a anistia.

Por outro lado, o silêncio do Planalto, até o momento, não deixa o deputado Lobão pessimista quanto o sucesso de sua empreitada, pois, segundo ele, se a sua emenda fosse contrária à política do governo, «o ministro Petrônio Portela, o general Golbery ou mesmo o presidente Figueiredo já teriam solicitado a retirada da matéria por inconveniência. E isso não ocorreu, estando ela em tramitação no Congresso». Edison Lobão diz, ainda, que desconhece qualquer pressão de governadores com a finalidade de forçar parlamentares arenistas a votarem contra o restabelecimento das eleições diretas. E afirma: «caso essas pressões venham a ocorrer de fato, no período da votação, não retirarei a minha emenda», alegando que se assim o fizesse, «ficaria desmoralizado perante aqueles que me apoiam».

Não consta do projeto político do governo uma derrota nas eleições diretas para os Estados em 82, caso elas venham a ser aprovadas. Daí o Planalto voltar agora suas atenções para a organização de seu futuro

partido de sustentação, tanto a nível do Congresso quanto nas bases estaduais. Para tanto, o governo já conta com o apoio da maioria dos governadores e vem trabalhando para aliciar parlamentares que ameçam dirigir-se para o chamado Partido Independente (PI), articulado por numerosos arenistas que não concordam com a tese do partido único - o «Arenão» - de sustentação do esquema Figueiredo. Ao mesmo tempo, o governo conta com a divisão da oposição, concentrada, ainda, no MDB.

MDB

O MDB, por sua vez, não colocará qualquer empecilho para a aprovação da emenda Lobão, quando esta for a plenária para ser votada, em fins de março próximo. Pelo contrário, a oposição estuda, no momento, a melhor estratégia para que as eleições diretas aos governos estaduais em 1982 tenham o seu retorno assegurado: é intenção do partido retirar de tramitação as propostas dos senadores Franco Montoro e Orestes Quêrcia e do deputado Aírton Sandoval, que tratam de eleições diretas em todos os níveis, inclusive para a Presidência da República (a de Montoro), para evitar que a emenda Lobão venha a ser anexadas a estas, por propor apenas eleições diretas para os governos dos Estados, e ter a sua aprovação ameaçada. Essa posição do MDB, no entanto, só será concretizada, como frisou há dias atrás o senador Franco Montoro, caso o governo se comprometa de fato com o restabelecimento do pleito direto, proposto por Lobão.

Marcus De Lamonica

Deputados do Nordeste tentam evitar que Sudene se esvazie

Entre 1968 e 1979, 272 bilhões de cruzeiros que originariamente iriam para a Sudene foram desviados para outras entidades. A partir dessa constatação, os deputados do Nordeste iniciaram uma série de reuniões, tentando organizar uma ação conjunta destinada a fortalecer a região. Hoje, porém, as dissidências entre eles já predominam: o arenista Edison Lobão prefere declarar-se otimista ante a ação do governo, enquanto o vice-líder do MDB, Marcondes Gadelha garante que só a mudança do modelo econômico poderá trazer soluções para o Nordeste.

«Fala-se de uma melhoria do padrão de vida do nordestino mas tudo não passa de índices econômicos encardidos sob o ponto de vista tecnocrata», é o que diz Roberto Freire, deputado emebista de Pernambuco.

Apesar da renda per capita do nordestino apresentar-se em 650 dólares em 1978, o que representa 40 por cento da média nacional, em 1650 dólares, o relatório sobre a atuação da Sudene, preparado pelo deputado Edison Lobão (MA), é otimista quanto a soluções práticas dentro do «binômio ação política e provisão de recursos». E prossegue dizendo que o lema «Não haverá Brasil rico com Nordeste pobre» poderá vir a servir de instru-

mento de comando numa campanha do Nordeste em integração nacional.

Com o orçamento da Sudene atingindo a casa dos 23 bilhões de cruzeiros para este ano, aproximadamente 8 bilhões, mais que os recursos aplicados em 1978, o Chefe da Representação da Sudene em Brasília, Vicente Câmara, vê boas perspectivas para ela, pois «o aumento da verba e o enfoque dado à agropecuária, à consolidação do desenvolvimento industrial e ao desenvolvimento social como objetivos prioritários do Ministério da Indústria e do Comércio, demonstram a intenção do atual governo de fortalecer a Região. Entretanto», disse ele, «o ministro Mário Andreazza já chegou à conclusão de que as soluções do MIC com a Sudene para o Nordeste são bem mais difíceis das que ele encontrava para o Ministério dos Transportes».

«E precária a situação nordestina em tudo», afirma no relatório Lobão. Observe-se que ao tempo em que 10 Estados do Nordeste possuem, hoje, 40 mil hectares de terras irrigadas, somente o Rio Grande do Sul possui 60 mil. Ele acrescenta dados em que, em 70 anos de obras contra as secas, o Brasil não investiu no Nordeste o que hoje está aplicando nas obras de Itaipu.

O deputado Marcondes Gadelha, mais

pessimista, disse que «não dá mais para confiar em qualquer proposta desse governo em relação ao Nordeste porque com a sustentação do fracasso do modelo econômico concentrador de renda e uma dívida externa de 100 milhões de dólares, fica claro que o Nordeste vai p'ras cucuias». E, explicou, «no tempo das vacas gordas, quando havia o milagre, suprimiram-se muitos dos investimentos do Nordeste sob a alegação de que a Região não respondia com a rapidez e presteza do Centro-Sul. Dizia-se que o país precisava obter taxas brilhantes de crescimento econômico a curto prazo, e essa era uma forma de compensar a falta de legitimidade política. Dentro dessa filosofia havia a necessidade de fortalecer os já fortes, as regiões pobres e os setores ditos sociais da economia passaram a ser vistos como ônus da tarefa administrativa. Agora, com o Nordeste internamente esvaziado, a Sudene, está transformada num elefante branco».

Quanto ao modelo nacional industrializante tanto Gadelha como Roberto Freire alegaram ser absolutamente improcedente a opinião de que as empresas do Nordeste viessem a exercer uma concorrência incômoda para as do Centro-Sul, porque as empresas do Nordeste eram subsidiárias de matrizes daquela região ou foram montadas com subsídios destas matrizes que «obviamente não iriam criar cobra para lhes morder os pés».

Segundo Gadelha houve dois aspectos errados na política de industrialização da Sudene. Em primeiro lugar, instalaram-se empresas com alta densidade tecnológica e consequentemente com baixa utilização de mão-de-obra, o que dá uma relação capital-emprego extremamente precária. E o segundo aspecto seria o de que as empresas não deitavam raízes na região, com os seus processos antes e depois da produção vinculados ao Centro-Sul.

Entre o elenco de sugestões consensuais apresentadas no Simpósio por conferencistas

e debatedores está a reorientação da política de investimento estatal, com vistas à localização, no Nordeste, de indústrias de base e outros empreendimentos de elevado poder germinativo, além da consolidação dos pólos industriais pré-existentes na Região ou em fase de implantação. Um outro item é o da reforma tributária, particularmente quanto ao Imposto de Circulação de Mercadorias (ICM), de tal sorte que a sua distribuição atenda aos interesses da região.

A atual reunião de representantes da Arena em defesa do Nordeste, segundo o deputado Paulo Lustosa, é mais uma forma de se pedir uma decisão política governamental para estabelecer o papel que compete à região no desenvolvimento nacional e de questionamento do que o Nordeste pode esperar para a resolução de seus problemas internos.

Enquanto Gadelha afirma que uma tentativa de tal ordem não absolve o arenista do seu comprometimento com o empobrecimento do Nordeste, Roberto Freire disse ver um aspecto positivo que é o da descoberta pelo partido situacionista como sendo ele o grande sustentáculo do Governo. «No entanto», explicou Freire, «de nada vai significar ao ponto de vista de reciprocidade por parte do governo. O Nordeste só é mesmo assunto em tertúlia de clube nordestino».

O deputado Marcondes Gadelha respondeu que uma boa perspectiva para a Sudene está na dependência de criação de uma consciência política de nordestinidade. «Ela pode perfeitamente retomar o seu papel de instrumento de desenvolvimento», disse ele, «mas isso seria inútil mantidas as características concentradoras do atual governo. O fundamental é uma mudança de atitude e filosofia do desenvolvimento. É preciso considerar desigualmente os desiguais e tornar o processo econômico fático em favor do Nordeste».

Albanisia Dunnar

Proteção à baleia desemprega nordestinos

O atum e o cação, alternativas pesqueiras propostas pela SUDEPE, Superintendência do Desenvolvimento da Pesca, para substituir a baleia, que não será mais pescada no Brasil a partir de 1981, não conseguirão empregar o mesmo número de pessoas que atualmente trabalham e vivem da pesca da baleia. A conclusão é de técnicos da própria SUDEPE. Exatamente por isso a divisão da SUDEPE de Costinha, no litoral da Paraíba onde se pesca a baleia, decidiu propor o adiamento da proibição para 1988. Esta proposta de adiamento será analisada pelo superintendente da SUDEPE, aqui em Brasília, e caberá a ele determinar, de novo a partir de que data será proibido pescar baleias no Brasil.

A proibição da pesca da baleia, determinada por uma portaria da SUDEPE de 24 de julho deste ano, é resultado de um processo que vem dominando a opinião pública mundial, nos últimos anos, no sentido de proteger a flora e principalmente a fauna dos diversos países do mundo. A baleia se transformou no símbolo da preservação ecológica uma espécie de «pomba branca» da proteção aos animais. No Brasil esta corrente, repelindo o abate da baleia, foi ainda mais forte que em muitos países e influenciou de maneira decisiva a posição final da SUDEPE, proibindo definitivamente a pesca da baleia no mar territorial brasileiro a partir de 1981.

Em muitos setores governamentais, políticos e culturais, a proibição foi acolhida com elogios, incentivos e aplausos. Mas um outro grupo de brasileiros vem se preocupando com as consequências socioeconômicas que a medida vai trazer para o Estado da Paraíba. A COPESBRA, Companhia de Pesca do Norte do Brasil, que fica no município paraibano de Costinha, é desde 1964 a única empresa que vem operando na pesca e industrialização da baleia. Esta atividade paraibana, embora de pouca significação financeira para o país, tem muita importância para a economia e para o equilíbrio social daquele Estado nordestino.

Técnicos da SUDEPE já estão trabalhando em pesquisas para descobrir quais seriam os melhores substitutos para a baleia. As alternativas pesqueiras mais viáveis encontradas até agora são o atum e o cação. Eles seriam, segundo José Ubirajara Timm, superintendente da SUDEPE, os substitutos da baleia.

O problema é que «substituto da baleia» é uma expressão muito ampla. Substituto em que? Não adianta se substituir apenas um pescado por outro garantindo o sucesso financeiro da empresa pesqueira. O problema não é tão simples; a baleia representa mais que uma fonte de divisas para a Paraíba. A pesca da baleia gera quase 2.500 em-

pregos diretos e indiretos; mais ainda, representa a maior fonte de proteínas na alimentação do paraibano do litoral e do sertão. Quarenta por cento mais barata que a carne bovina e de alto valor proteico, o charque da baleia é consumido em cidades do interior da Bahia, de Pernambuco e no litoral e interior da Paraíba.

Em 1975, por exemplo, foram capturadas 1.038 baleias Minkes, oferecendo um total de 2.945,9 toneladas de proteína animal ao consumidor nordestino. Revertendo estes dados para a carne bovina, representaria o abate de 11.784 cabeças de gado, supondo-se que sejam obtidos 250 quilos de carne por boi. Para que se conseguisse este abate anual de 11.784 cabeças, levando em conta que o boi só é abatido aos 4 anos, seria necessário dispor de um rebanho de 46.992 animais, ocupando uma área de pastagem equivalente a 47.000 hectares de terra, para que o nordestino pudesse consumir a mesma quantidade de proteínas. Não se pretende com isso defender a pesca da baleia, mas apenas mostrar a sua importância na alimentação do nordestino.

UMA IDÉIA ANTIGA

A idéia de proibir a pesca da baleia não é recente. Ela vem sendo defendida há muitos anos por diversos grupos sociais, como os ecólogos, por exemplo. A necessidade de proteger estes cetáceos tomou conta da opinião pública mundial, quando os cientistas mostraram ao mundo que a pesca indiscriminada da baleia estava levando as espécies a uma rápida extinção. A década de 60 foi a que registrou os índices mais altos de captura. Só na Antártida, em 64/65, 20.380 baleias foram mortas; em 65/66 o número diminuiu um pouco, mas ainda mostra a irracionalidade do abate: 17 mil 687.

A Comissão Internacional da Baleia, um órgão mundial criado em 1946, que tem como principal atribuição controlar a pesca destes cetáceos como foi visto pelos dados de captura a cima citados, esteve inoperante por quase três décadas. Foi nesta época de abates mais drásticos, no meio da década de 60, que a opinião pública começou realmente a exigir medidas efetivas para evitar a destruição e a extinção dos estoques. E

desta época, também, a decisão brasileira de se retirar da Comissão Internacional da Baleia, da qual fazia parte deste a sua criação em 46, registrando assim publicamente o seu descrédito pela instituição.

Estas pressões, de diversos grupos sociais, levaram a Comissão Internacional da Baleia a reformular seus métodos e procedimentos, para conseguir fazer na prática o que até aquele momento tinha ficado só no papel: o controle científico da pesca da baleia.

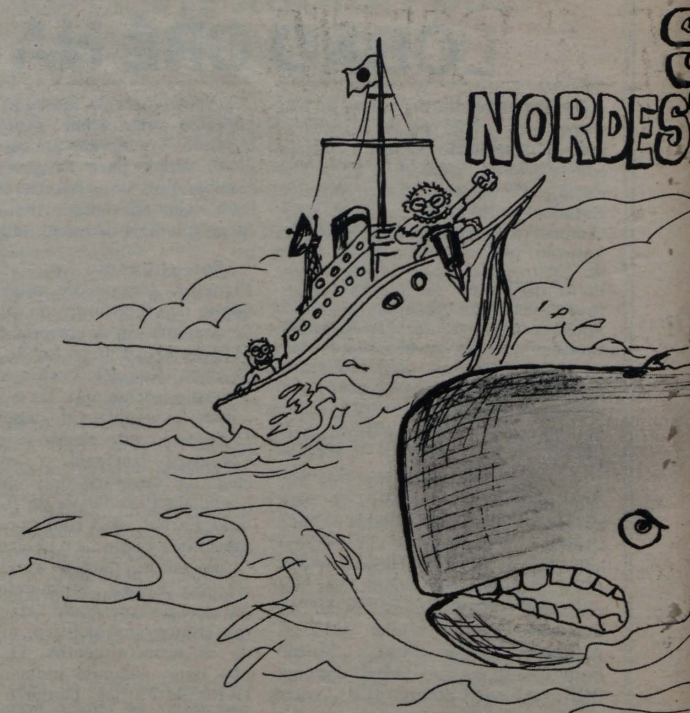
COMO ATUA A CIB

A partir de 1970, ano em que a CIB (Comissão Internacional da Baleia) se reorganizou, vem se notando que os estoques mundiais de baleias vêm aos poucos se refazendo.

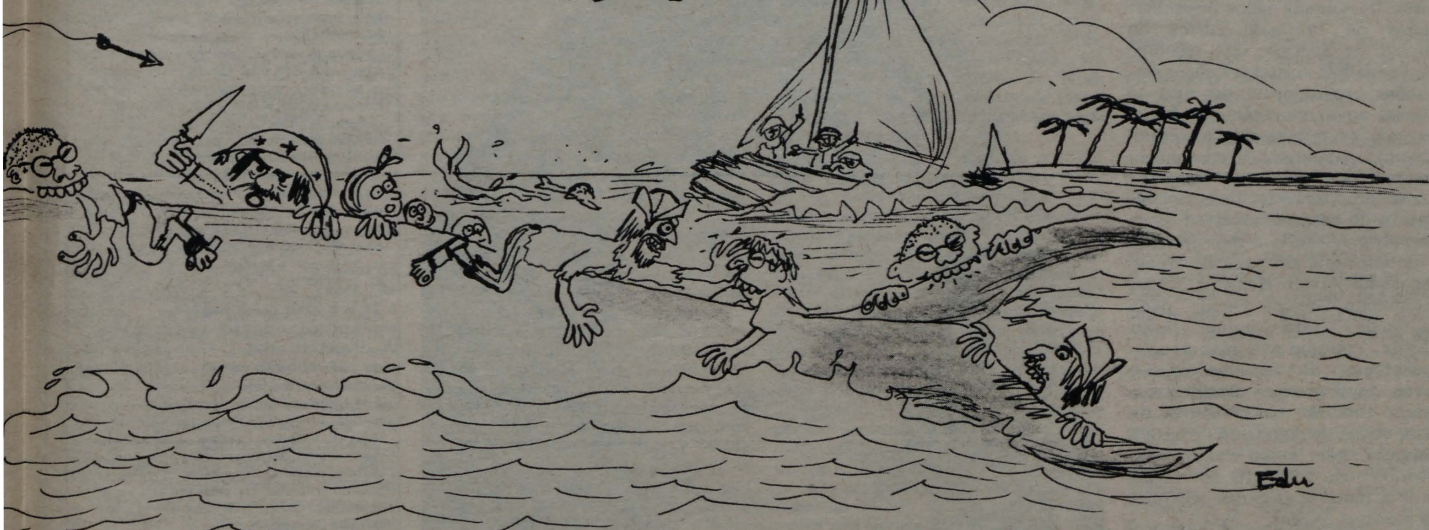
A mudança da CIB começou com a inclusão de países-membros não pesqueiros, como os EUA, França, Canadá, México, Argentina, Panamá, Dinamarca, Reino Unido, Holanda e Nova Zelândia, que passaram a fazer com que prevalecessem na CIB resoluções de pesca com fundamentos técnico-científico, em contraposição à atitude de outros países-membros que defendiam apenas os seus interesses como grandes nações pescadoras de baleias. As ponderações dos países-membros não pesqueiros, no sentido de exigir um controle técnico-científico da pesca, contou com o apoio dos países-membros pesqueiros, mas de pequena participação no total das capturas mundiais, como Austrália, África do Sul, Islândia, Noruega e Brasil.

Em 1973 o Brasil retorna à Comissão na condição de país-membro, refletindo o reconhecimento do governo brasileiro de que a CIB estava realmente disposto a controlar a pesca e que ela é o «forum» mais apropriado para encontrar as soluções para o problema da pesca da baleia.

Além da entrada de países-membros não pesqueiros na Comissão, a limitação da captura em número de indivíduos, por estoque e por área, as informações do Comitê Científico sobre os estoques, determinando a redução ou a proibição da pesca e a criação do sistema de Observadores Internacionais, foram medidas



SEM A BALEIA O ATUM SE ALIMENTA PIOR



decisivas tomadas pela CIB, neste processo de reformulação do regimento, para a recuperação dos estoques mundiais de baleia.

Atualmente a CIB tem um comitê científico que faz pesquisas sobre a maturação sexual, a ovulação, o acasalamento, a gestação, a migração e muitos outros aspectos da vida destes cetáceos, com o intuito de determinar que espécies podem ou não ser pescadas, quantos indivíduos de cada espécie, podem ser mortos e em que área do globo terrestre podem ser capturados. Cada país pesqueiro recebe uma quota anual de pesca por espécie. Os observadores internacionais são pessoas que atuam nos navios pesqueiros, nas fábricas e nas estações terrestres, que têm a função de verificar se essas unidades estão cumprindo as medidas determinadas pela Comissão Internacional da Baleia. Cada país-membro mantém seus observadores em um terceiro país. A fiscalização dos observadores internacionais é mais fácil de ser exercida em países, que como o Brasil só cortam e beneficiam a baleia em terra. Nos países que utilizam navios-fábrica, onde a baleia é pescada, cortada, beneficiada e enlatada no próprio navio, como é o caso do Japão e da Rússia, a atuação dos observadores fica dificultada, facilitando a desobediência às determinações da CIB e uma captura maior que a permitida.

O resultado destas medidas adotadas na reformulação do regimento da CIB fica bem evidente, quando se comparam os abates na Antártida, região onde se concentra o maior número das diferentes espécies de baleia, em 64/65 e em 71/72, ano seguinte à reformulação da Comissão. Enquanto em 64/65 foram mortas 20 mil 380 baleias, em 71/72 foram abatidas 3.019 baleias de todas as espécies na Antártida.

COMO O BRASIL VEM PESCANDO BALEIA

Também no Brasil a pesca da baleia se fez de maneira indiscriminada e irracional até poucos anos. Atualmente, acatando as decisões da CIB, no país se vem pescando praticamente só as baleias da espécie Minke ou anã. A baleia Espadarte, três vezes maior que a Minke, era a mais pescada até 1966. Mas a quase

extinção desta espécie na costa do nordeste brasileiro motivo o direcionamento das capturas, a partir daquele ano, para a baleia Minke. Desde 1973 a CIB permite que o Brasil pesque apenas 3 Espadartes por ano. As outras espécies que aparecem na costa brasileira também não são pescadas em números significativos. A baleia preta, maior que a espadarte, e a Fin, maior que a Preta foram definitivamente proibidas de serem pescadas em mar territorial brasileiro, por ordem da CIB, para não serem extintas. A baleia cachalote nunca atraiu muito os comerciantes, por ser utilizada apenas para a produção de óleo, farinha de baleia e farinha de ossos. Em 75 o Brasil teve licença para pescar 54 Cachalotes, mas no ano seguinte, 76, a determinação da CIB foi de que se capturasse apenas 9 destes cetáceos, pois também eles estavam ameaçados. A baleia Azul, a maior que se conhece, foi capturada apenas uma vez em águas brasileiras, em 1964.

A quota de Minkes, espécie mais pescada, a que o Brasil tem direito, vem aumentando nos últimos anos. Em 78/79 a quota foi de 690. Para 79/80 a quota aumentou para 944 baleias. Estes dados mostram que a decisão do Brasil de proibir a pesca não tem nenhuma relação com uma possível redução no estoque nacional, uma vez que o estoque está crescendo.

Desde 1964 a única empresa que vem operando na pesca e industrialização da baleia, é a COPESBRA, que fica em Costinha, na Paraíba, e dá empregos diretos e indiretos a cerca de dois mil e quinhentos funcionários. A empresa tem apenas um navio baleeiro, adquirido há pouco tempo do Japão por um milhão de dólares. O Katsumaru nº 10 ou Cabo Branco é um navio que possui uma tecnologia de nível internacional. O beneficiamento em terra, entretanto, ainda é feito de maneira bem primitiva por dois motivos: proporcionar emprego e aproveitar a mão-de-obra barata disponíveis.

As baleias migram para as águas brasileiras entre o final de junho e o começo de dezembro. As baleias procuram as águas "quentes" da costa brasileira para o acasalamento e procriação. Os cientistas garantem que

apesar disto não há perigo das capturas afetarem a renovação do estoque, pois os cientistas quando determinaram a quota já levam em consideração este fator. As baleias são encontradas em média a 40 milhas da costa.

A COPESBRA aproveita tudo da baleia, menos o sangue. Das cinco baleias abatidas por dia, em média, na época da pesca, parte é exportada, parte é consumida no nordeste e outra parte é levada para o sul do país, para ser aproveitada nas mais diferentes indústrias.

Com a proibição da pesca da baleia a COPESBRA terá que se desfazer de todo o seu equipamento e do navio, porque o navio e as máquinas usadas na pesca e industrialização ou adaptados para qualquer outro pescado. Entretanto a empresa tem recursos e já definiu sua situação para a partir de 81, quando não poderá mais pescar baleias. Sendo uma empresa rica, de capital misto — 60% brasileiro e 40% japoneses — ela não terá muitas dificuldades em se adaptar à nova situação. Sua opção para os anos seguintes a 1981 são a importação e beneficiamento da merluza pesca e beneficiamento do cação e do atum, ao segundo especialmente para exportação. O problema está em que nenhuma destas atividades absorverá a mão de obra que atualmente está envolvida na pesca da baleia.

O outro problema é que com exceção do cação, os outros dois pescados, a merluza e o atum, são considerados pescados nobres, destinados à exportação. Como consequência, não serão, como a baleia, consumidos pela população de baixa renda.

ASPECTOS LEGAIS DA PROIBIÇÃO

A proibição da pesca da baleia em mar territorial brasileira, está totalmente amparada pela lei, uma vez que a SUDEPE é o órgão com a atribuição legal de tomar toda e qualquer decisão com relação à pesca em águas do Brasil. Foi baseada Decreto-lei nº 221 de 28 de fevereiro de 67, que afim a competência da SUDEPE, que José Ubirajara Timm, seu superintendente, pode baixar a portaria proibindo a pesca da baleia. Esta

portaria, de 24 de julho deste ano, se utiliza de dois argumentos para justificar a proibição. O primeiro deles enfoca os aspectos bioecológicos do assunto, isto é, a proibição se fez porque as atividades de pesca à baleia estariam levando as espécies à extinção — embora os dados do Comitê Científico da CIB mostrem que os estoques de baleias no Brasil têm aumentado. O segundo motivo, que foi o que realmente pesou na decisão final, justifica a proibição, levando em consideração que a "... consciência nacional repele o abate de baleias, independentemente dos benefícios econômicos e sociais decorrentes".

Além desta portaria da SUDEPE, existe um projeto de lei do senador Nelson Carneiro, de 1976, também proibindo definitivamente a pesca da baleia em mar territorial brasileiro. Este projeto já foi aprovado na Câmara e no Senado e está agora dependendo da sanção presidencial. Segundo o opositorista paraibano Humberto Lucena, o projeto do senador Nelson Carneiro "chove no molhado", uma vez que o órgão responsável pela pesca já baixou uma portaria determinando a proibição. O senador Humberto Lucena acredita que, se o país tivesse apenas uma portaria proibindo a pesca, ficaria uma margem maior de flexibilidade ao administrador, caso no futuro não fossem tomadas as medidas para estabelecer a pesca alternativa e se quisesse voltar através na decisão. Já a lei é mais rígida e teria muito menos possibilidade de ser modificada.

O fato está aí. É proibido pescar baleia no Brasil a partir de primeiro de janeiro de 1981. O Brasil tomou suas medidas para proteger o maior dos cetáceos terrestres. Resta agora esperar que outros países, principalmente Rússia e Japão, que são responsáveis por 89,2% da pesca mundial, também se conscientizem. Quanto as consequências sócioeconômicas que a medida trará para o Estado da Paraíba, incapaz de absorver a mão-de-obra que vai sobrar, o que se pode fazer é esperar que a SUDEPE consiga uma solução alternativa não só para a empresa pesqueira, mas para todas as pessoas que de uma maneira ou de outra vivam da pesca e da carne da baleia.

Leilane Neubarth Teixeira

Justiça reabre Caso Ana Lídia

As investigações sobre o assassinato de Ana Lídia Braga deverão ser reabertas por ordem do Tribunal de Justiça do Distrito Federal. Esta decisão foi tomada pelos desembargadores da Primeira Turma do Tribunal de Justiça, que reconheceram as falhas existentes nas investigações, recomendando que se processe nova apuração dos fatos, para que os criminosos, ou criminoso, sejam apontados e, consequentemente, levados aos tribunais.

A determinação foi dada no julgamento do recurso impetrado pela promotoria, visando a reformulação da sentença que absolveu do crime os acusados Alvaro Henrique Braga e Raimundo Lacerda Duque, dada pelo juiz da 1ª Vara Criminal, Dirceu de Faria. Votaram pela manutenção da sentença os desembargadores Duarte de Azevedo, presidente, e Eduardo Ribeiro, relator. Bueno de Souza, vogal, se manifestou contra a absolvição, num longo e minucioso relatório, onde contradiz em vários pontos os motivos alegados pelo juiz para absorver os réus.

A demora existente entre a decisão do Tribunal e o reinício das investigações se prende ao fato de que somente no dia 20 de setembro último o Diário de Justiça publicou o acórdão - decisão proferida em grau de recurso - referente à apelação feita pela promotoria. Agora, caberá à Corregedoria de Polícia indicar qual o organismo policial que ficará responsável pelo novo caminho que tomará o caso.

Um dos mais volumosos que até hoje passaram pelo Tribunal de Justiça, o processo do crime de Ana Lídia é considerado um segredo a ser guardado de olhares estranhos e curiosos. Com alguns documentos considerados secretos o processo fatalmente cairia no esquecimento, não fosse a determinação do Tribunal de Justiça para se reabrir as investigações.

Desde o início do processo, quando a promotoria baseou a acusação na hipótese de extorsão pela existência de dois fatos - uma carta pedindo resgate e um telefonema dado pelos sequestradores à 2ª DP - até seu final, com a sentença do juiz Dirceu de Faria, o número de falhas e enganos encontrados no processo é grande demais para que se acredite que, realmente, se chegou à verdade.

DÚVIDAS

Para o total esclarecimento do crime, houve detalhes que não foram levados em conta durante a investigação policial. Aqui estão alguns deles, apontados pelo Tribunal de Justiça e pelos jornalistas:

- Alvaro e Duque são apontados no início do processo como «dois dos implicados». A quem são os outros implicados, o processo não faz nenhuma referência, nem se procurou saber durante as investigações.
- Quem seria o «filho de uma autoridade do governo anterior que havia tornado ao Brasil», de quem Alvaro tinha medo, conforme é citado por Telma Regis de Paula em seu depoimento.
- O que foi apurado na reunião que houve na 2ª DP, na madrugada de 12 de setembro de 1973? A esta reunião estiveram presentes, além de Alvaro e Cristina Elizabeth Braga, quatro



delegados e vários policiais. Presupõe-se que, nesta reunião, Alvaro ou Cristina tenham mencionado o nome do Duque como um dos implicados no sequestro pois, ao instaurar o inquérito relativo à morte de Ana Lídia, na Delegacia de Homicídios, o delegado Armando Senna de Carvalho, em seu primeiro despacho, a 17 de setembro, indicou que Duque poderia ser útil para a apuração do caso. Por que, então, que o delegado queria chegar a Duque?

d) Álvaro, em seu depoimento prestado em 19 setembro, nega - talvez já instruído por seu advogado - qualquer relacionamento com Duque. Este fato, somado a afirmação feita por seus familiares de que ele se encontrava no carro em que foram levar Aninha ao colégio, serviu como alegação maior de sua defesa. Por que não foram registradas as suas declarações em 12 de setembro, quando ainda não tinha qualquer álibi arranjado?

e) Que interesse teria o ex-deputado Sinval Boaventura em conversar com Durvalina Santos (irmã Sacrário), quando esta lhe confirmou que teria ouvido a seguinte frase, dita por Álvaro Braga (pai) a Eloyssa Rossi Braga: «Eloyssa, queira Deus não seja o que estou pensando, depois disto vêm coisas piores». E qual o significado da frase?

f) Por que a polícia não apurou o motivo pelo qual as crianças do Colégio Madre Carmem Salles foram alertadas, pelas próprias freiras, dois dias antes do crime, sobre as possibilidades de um sequestro?

g) Por que não foi feito o exame das marcas de pneus de motocicleta, existentes no local do rapto, conforme assegurou irmã Sacrário?

h) Por Duque, embora tenha confessado vários delitos - assaltos, morte de uma filha de sua ex-amante - não teve nenhum inquérito ins-

taurado contra si, para apuração desses fatos?

i) Por que não foram confrontadas as impressões digitais encontradas na carta-resgate com as existentes em todos os órgãos policiais do país. Na época, o Instituto de Criminalística se limitou a confrontar as impressões achadas com as do arquivo, o que não indicou resultado positivo?

j) Não haveria uma relação entre os Cr\$ 500,00 dados a Álvaro por seu pai, uma semana antes do crime, e um depósito feito na conta de Duque, no dia 13 de setembro de 1973? Com este dinheiro, Duque iniciou sua fuga pelo país?

k) Em um dos depoimentos de Duque, ele levantou a hipótese de Ana Lídia não ser filha de Eloyssa e sim de Cristina Braga, irmã de Álvaro. Rosa da Conceição, empregada da família Braga há vinte anos, afirmou que só soube da gravidez de Eloyssa no dia do parto, quando Álvaro lhe disse que sua mãe tinha ido ao hospital «para ganhar nenê». Eloyssa, durante o processo, prometeu apresentar provas - notas fiscais do hospital, fotos de sua gravidez - de que Ana Lídia era sua filha. Até o final, estas provas não foram apresentadas.

A SENTENÇA

A própria sentença do juiz da 1ª Vara Criminal, Dirceu de Faria, contradiz os motivos alegados por ele para decretar a prisão preventiva dos acusados.

Em 11 de junho de 1974, o juiz afirmava: «Encontram-se nos autos todos os pressupostos necessários ao decreto da medida pretendida pelo órgão acusador. A vítima Fátima Soares Maia, em declarações prestadas ao Promotor Público, Dr. Ednaldo de Holanda Borges, relatou minuciosamente a atuação criminosa dos acusados.

Mário Bellardi Neto e Suely Telles Fonseca

Como Ana Lídia morreu

Tudo começou no dia 11 de setembro de 1973. Logo após o almoço, o casal Alvaro Braga e Eloyssa Rossi Braga aguardava que sua empregada acabasse de aprontar Ana Lídia, sua filha caçula, para levá-la ao colégio, pois indo para o DASP, na Esplanada dos Ministérios, a deixariam no Colégio Madre Carmem Salles, onde estudava normalmente pela manhã e, três vezes por semana, tomava aulas de recuperação no período da tarde.

Ana Lídia desceu do carro dos pais por volta das 14 horas e estes se dirigiram para o trabalho. Às 16 horas, a empregada, Rosa da Conceição, como fazia diariamente, foi buscar a menina no colégio, que ficava na avenida L-2 Norte, para levá-la até sua casa. Esperou até que saíssem as últimas crianças e, como Ana Lídia não estivesse no meio delas, resolveu pedir informações na portaria do colégio, pois pensava que ela poderia estar retida pelas irmãs. Foi então surpreendida pela notícia de que Ana Lídia não havia comparecido às aulas naquela tarde. Diante dessa informação, Rosa e a freira ficaram preocupadas e resolveram telefonar para os pais da garota, pensando que esta estivesse com eles no trabalho. Os pais, por sua vez, disseram que deixaram a filha no colégio, no horário normal.

Aí começou o desespero. Se a menina não havia comparecido às aulas, pensaram os pais, haveria três hipóteses: 1) fuga, hipótese afastada, devido ao seu apego à família; 2) ter sido induzida a acompanhar um desconhecido sob alegação de que algo aconteceria aos seus pais; 3) ter acompanhado alguém de sua intimidade. Restava comunicar o fato à polícia. Assim, mais ou menos três horas depois de ter deixado a companhia dos pais, o desaparecimento de Ana Lídia foi comunicado à 2ª Delegacia de Polícia, na época sob o comando do delegado Alberto Leovegildo Lopes.

Com o apoio dos demais organismos policiais da cidade, o delegado juntou mais de 100 homens que passaram a vasculhar a Asa Norte em busca da menina e de seu sequestrador. As saídas da cidade foram fechadas por barreiras, pois, na hipótese de sequestro, era preciso evitar a saída do sequestrador dos limites do DF. As primeiras indicações concretas sobre o que de fato havia acontecido foram dadas pelo jardineiro do colégio, Benedito Duarte da Cunha. Surpreendido com a movimentação policial e cientificado do que estava acontecendo, disse que viu Ana Lídia conversando com um jovem claro, alto, louro e usando calça verde-oliva. Depois o acompanhou, saindo em direção à Faculdade de Educação da UNB.

Ainda de acordo com o depoimento do jardineiro, Ana Lídia e seu companheiro tomaram um táxi vermelho e continuaram seguindo o mesmo rumo. E foi essa pista que os policiais passaram a perseguir. Ainda no dia 11, uma terça-feira, surgiu um primeiro indício do que poderia ter acontecido com a menina: num terreno próximo ao Iate Clube, policiais encontraram sua caixa de lápis de cor.

Todas as possíveis informações eram encaminhadas para a 2ª DP. Policiais, familiares da menina sequestrada e curiosos aguardavam algum indício que pudesse levar a ela. Por volta das 20 horas, o telefone toca e uma voz de homem fala: «Temos a menina e queremos 2 milhões pela sua libertação». Até hoje não se sabe se a ligação foi realmente feita pelo sequestrador ou se foi um trote. Para o pai de Ana Lídia, foi um trote, pois o sequestrador deveria saber que ele e sua mulher eram funcionários públicos e não teriam tanto dinheiro para pagar um resgate. Não houve mais contatos por telefone. No dia 12, por volta das nove horas, foi encontrada uma carta solicitando 500 mil cruzeiros de resgate, num supermercado da SAB.

Enquanto isso, no campo policial o cerco se fechava. Todos os maniacos sexuais que haviam sido liberados há pouco dos presídios e delegacias da cidade passaram a ser procurados.

JORNALISMO FAZ SUBIR AUDIÊNCIA EM BRASÍLIA

Em apenas seis meses, a Rádio Capital Brasília conseguiu uma audiência satisfatória, comprovada pelo alto faturamento da emissora. Este sucesso pode ser atribuído aos quase 80% de jornalismo de sua programação, dirigida às classes A e B. Mas a audiência não preocupa o diretor-geral em Brasília: "Não vim para ter o primeiro lugar, por isso até já dispensei o IBOPE. Isso acontecerá naturalmente, porque tenho 35 anos de rádio, e talvez seja essa a razão de eu estar aqui, e sei que as outras rádios vão acabar me copiando."

O percentual tão elevado de jornalismo foi a alternativa encontrada na "batalha contra a televisão, a FM e o toca-fita" e Nelson Veiga explica porque. "A televisão, principalmente depois das sete horas, tem recursos que o rádio AM não tem condições de combater, como não tem condições também de competir com a FM, por causa da música. A fátia que resta para a AM é forçar a audiência dos carros particulares e motoristas de táxi, principalmente. A programação é quase dirigida. O motorista e aqueles que não têm tempo ou têm preguiça de ler jornal gostam de estar bem informados. A audiência está satisfazendo. A resposta comercial é boa. O faturamento tem sido ótimo." Para Nelson Veiga, aliás, o mercado comercial de Brasília para os meios de comunicação ainda é ruim, porque como não existem indústrias ele está limitado ao varejo, o que leva à dependência da comercialização de fora.

O objetivo da Rádio Capital não é só utilizar o jornalismo como fórmula para concorrer com os demais meios de comunicação, mas desenvolver, segundo seus dirigentes, um estilo jornalístico mais atuante, de maior credibilidade, através da notícia na fonte, e também do jornalismo de gancho, isto é, da análise dos fatos sob os diversos ângulos. Isto não significa, entretanto, uma filosofia de rádio, na opinião de Nelson Veiga: "É apenas a notícia bem tratada. Talvez isso ainda não tenha sido feito por economia ou por qualquer outro motivo. É um trabalho difícil, porque exige muito esforço na edição. Em compensação, o resultado é excelente. É como um produto que tem que ser bem vendido. Talvez seja esse o nosso sucesso. Outra coisa: nós somos intermediários entre o governo e o povo. A função do rádio é essa."

QUEM TEM DINHEIRO

A programação é dirigida às classes A e B, porque são as de maior poder aquisitivo. Interessa à rádio que as firmas saibam que podem atingir as faixas

"que têm dinheiro para gastar" através dela. E, como afirma o diretor-geral, "se assim não fosse, uma imobiliária, por exemplo, não ia querer anunciar na minha rádio." Mas apesar dessa preocupação com as classes mais altas, a Rádio Capital tem muito serviço de utilidade pública, comumente de maior interesse para as classes mais baixas. Nelson Veiga diz que, como serviço de utilidade pública, a rádio informa a sociedade sem fazer discriminação de faixas, mas mostra-se surpreso com a penetração da rádio também na classe C, porque para ele o estilo da rádio não atingiria essa faixa. Ressalta, entretanto, que: "Se alguém vem aqui pedir alguma coisa, não posso negar, não posso discriminar as classes."

A presença de programas religiosos numa programação que se propõe a atingir as camadas mais elevadas também é esclarecida pelo diretor da Capital. Segundo ele, quando a rádio foi comprada, já tinha contratos. Mas acrescenta que esses programas dão receita e que atingem as classes B e C, porque "a religião não tem faixa." Garante, entretanto, que assim que se encerrarem os compromissos contratuais será feita uma seleção do que vai permanecer e do que será cortado da programação: "Depois vamos separar o joio do trigo. Achei que Brasília é uma cidade mística. Estive visitando o Vale do Amanhecer e lá encontrei embaixadores, deputados. Brasília é diferente do Rio e de São Paulo, onde a religião católica predomina. Em Brasília a religião católica encontra resistência pelo espiritismo, principalmente, que é a religião que mais se aproxima do catolicismo."

AGORA, UMA REDE

A Rádio Capital Brasília faz parte da Rede Capital de Comunicações, criada há um ano em São Paulo, que tem emissoras de AM no Rio, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba e Acre. Esta rede é propriedade do professor Edevaldo Alves da Silva, dono também das Faculdades Metropolitanas Unidas de São Paulo - e que teve seu nome cogitado para compor o secretariado do Governador Paulo Maluf.

Mas Rádio Capital e Rede Capital de Comunicações são nomes - fantasia. Segundo Nelson Veiga, diretor-geral da Rádio Capital Brasília, toda rádio tem um nome - fantasia. Uma rádio é como um produto que se põe no mercado. Por exemplo, a Souza Cruz tem uma infinidade de marcas de cigarro, mas todas pertencem a ela. Na verdade, o nome é Rádio e TV Universitária Metropolitana LTDA. Apesar disso, Nelson Veiga

afirma que a rádio não está ligada às Faculdades, e sim o seu proprietário, que depois de "desenvolver um complexo de ensino que hoje tem 29 faculdades, quis adquirir uma rádio." Para concretizar o sonho possível de formar o maior complexo de comunicação do País, expresso até mesmo numa das vinhetas das emissoras, o professor Edevaldo Alves da Silva contratou os profissionais que considerou melhores. O nome Capital foi escolhido por causa da intenção de se formar uma rede de emissoras em todas as capitais brasileiras, e também para dar maior impacto.

Cada emissora compreende centrais de música, jornalismo, esportes, informação, pesquisas e produções, com autonomia suficiente para distribuir notícias para as demais emissoras da rede. Cada central funciona, assim, como uma espécie de agência de notícias, e, como esclarece o diretor da Capital Brasília, "em todas as emissoras de rádio há um serviço assim, mas no nosso caso é mais dinâmico, porque o nosso show é de notícias. Podemos entrar no ar a qualquer minuto, porque funcionamos 24 horas por dia." E como fonte de notícias para alimentação da rede, Brasília é fundamental, porque "no conceito jornalístico de hoje, Brasília é a mais importante. Se o problema é petróleo, temos que consultar o CNP; se o problema é índio, temos que ouvir a FUNAI. Então, tudo está voltado para cá." Embora na central capital de jornalismo em Brasília só trabalhem profissionais da cidade, Veiga ressalta que "não existe ainda jornalista de Brasília." A experiência dos profissionais de outros estados radicados aqui é que vai tornar os jornalistas brasileiros "mão-de-obra das mais competitivas com o mercado brasileiro".

Além das centrais de notícias, a Rede Capital tem correspondentes em Roma, Paris, Nova Iorque e Tóquio, e assina duas agências internacionais: France Presse e UPI, e duas nacionais: JB e Estado de São Paulo. "Talvez nem fossem necessárias as agências nacionais. Mas às vezes elas funcionam como orientadoras de pauta", acrescenta Nelson Veiga.

Depois de implantar a Rádio Capital em Brasília com a compra da concessão do canal da antiga Rádio Independência, a Rede Capital de Comunicações parte agora, com o canal 8, para a formação da primeira rede nacional de emissoras de TV.

O FIM DO DISC - JOCKEY

"Os disc-jockeys acabaram. Salvo raríssimas exceções, transformaram-se em comunicadores e deixaram a música de

lado", garante o diretor-geral da Capital. E mais: "Todas as grandes rádios estão se empenhando na notícia. A salvação da AM será a notícia. Eu não vejo outro caminho." Por isso, na Capital a música é apenas um complemento. Mesmo as paradas de sucesso estão fora da programação, porque "é suspeita a credibilidade das mesmas." Como as paradas tomam por base as músicas mais vendidas, podem deixar de fora as preferências daqueles que não podem comprar discos. Além disso, as gravadoras "puxam para o lado delas."

Ao contrário da música, o esporte faz sempre parte da programação. Se quisermos fazer uma escala de prioridades, teríamos: notícia, esporte e música.

Diariamente, além das interrupções feitas durante a programação para dar alguma notícia, três noticiários vão ao ar: o 360 Graus, das seis e meia às oito e meia; o Jornal da Capital, das doze às doze e trinta, e o Rádio Fatos, das doze às dezenove horas. A ideia de se criar um noticiário com duas horas de duração, como é o 360 Graus, é explicada pelo diretor-geral: "Querendo fazer um jornal nacional, uma rede com sete emissoras precisa ter um tempo de participação maior. O jornal é completo, não se resume a divulgar a notícia. É feito em termos informativos e analíticos. Ao mesmo tempo que damos a informação, também a comentamos. O que quer dizer que trocamos em miúdos as informações. Nas suas várias áreas, o noticiário se ocupa da parte econômica, política, social e administrativa." Segundo ele, duas horas ainda é pouco para comportar a grande quantidade de informações de que dispõe a rede. O ideal seriam, pelo menos, duas horas e meia.

A competição entre as rádios gerou a necessidade de se utilizar um número cada vez maior de recursos sonoros para manter os ouvintes sintonizados. Isto não leva a um esvaziamento no conteúdo das notícias na opinião de Nelson Veiga, porque "as vinhetas mais do que um recurso de competição entre as emissoras por maior audiência, são recursos técnicos. A vinheta é a plástica da notícia. É usada para evitar os buracos. É o nosso caso. Vai entrar o repórter tal, mas às vezes a ligação cai, e é necessário usar uma vinheta."

O propósito de informar objetivamente, e da maneira mais completa possível, faz com que as emissoras da Rede Capital tenham problemas de rádio-escuta.

Teresa Cristina Pimenta

REPÓRTER EM BRASÍLIA TEM QUE SE CUIDAR

No Rio de Janeiro, se o repórter quiser obter informação tem que andar, subir e descer morro e até brigar. Já aqui em Brasília as coisas são diferentes, pois a facilidade que o repórter tem de estar em permanente contato com a fonte, o deixa mal acostumado.

Estas afirmações são de Merval Pereira Filho, chefe de redação da sucursal do jornal O Globo em Brasília, que acrescenta que esta facilidade de estar sempre em contato com a fonte muitas vezes implica na manipulação do repórter. Se este não estiver acompanhando atentamente o processo político, pode acabar funcionando como canal, a serviço de determinadas correntes ou facções.

A tentativa de manipulação do repórter pela fonte é muito frequente no mundo jornalístico. Geralmente o repórter percebe quando há interesses exclusivos por trás de determinada informação e cabe a ele, fazer ou não, o jogo aspirado pela fonte.

Conforme explicações do professor Eduardo Brito, de Técnica de Jornal e

Periódico I e chefe de reportagem da sucursal do Jornal do Brasil em Brasília, quando o jornalista percebe alguma tentativa de manipulação, não é sonegando dados que evitará que isso aconteça mas sim, cercando a informação através de outras fontes, mostrando ao leitor os verdadeiros interesses de cada uma delas.

Isso ocorre por exemplo, que há interesse em obter prestígio político ou vantagens econômicas. E é a esse tipo de manobra que o repórter não pode servir.

Segundo o chefe de redação do Globo, a entrevista coletiva também concorre para a acomodação do repórter. Geralmente nesse tipo de entrevista a fonte dita o que quer que seja noticiado, e simplesmente copiar, não é trabalho de jornalista.

"Hoje, o que acontece muito com o repórter inexperiente - disse Merval - é que quando este se encontra frente a frente com um ministro ou com qualquer figura de destaque do governo, fica apavorado e se dispõe a acreditar em qualquer informação que lhe é dada só

porque foi fulano ou sicrano quem a deu. Isso é um erro, pois o importante não é a fonte e sim a informação."

Conforme explicou Merval, o jornalista, antes de dar o fato como consumado, tem que checar a veracidade da informação, seja ela de quem for. Porém, acrescenta que isso não é fácil, pois as pessoas subordinadas a uma determinada autoridade, que ganham para lhes prestar serviço, não vão dizer nada que contrarie seus ordens.

Prova disso está na exposição do professor de jornalismo político e diretor da sucursal da Revista Isto É em Brasília, André Gustavo Stumpf, ao afirmar que no episódio Hugo Abreu, toda sua assessoria tinha ordens para não declarar nada sobre sua exoneração, todos eram unânimes em dizer que tudo corria bem e que o encaixotamento de seus pertences, significava uma simples mudança de gabinete. Porém o empregado que transportava tais pertences não havia recebido ordens para que não desse informação e disse que o general estava exonerado. Não foi difícil para o

repórter que estava acompanhando o processo saber que o carregador falava a verdade e os assessores mentiam.

A mesma coisa, segundo Stumpf, aconteceu no episódio do ministro Simonsen, quando a Rede Globo deu um jornal a notícia de seu pedido de demissão e foi obrigada a desmentir no jornal seguinte, conforme informação do próprio Palácio do Planalto. Mas todos os que viam caminhos de mudança em frente à residência do ministro, sabiam o que estava acontecendo. Só isso era suficiente para confirmar seu pedido de demissão, pois o ministro só estava esperando o presidente Figueiredo chegar de São Paulo para receber seu pedido.

"A verdade em tudo isto é que o repórter do Rio tem que batalhar, tem que brigar, não lhe é possível estar sempre em contato com a fonte e nem tampouco viver de entrevistas coletivas. Por acompanhar o desenrolar dos fatos, a probabilidade de que seja manipulado é bem menor", concluiu Merval.

Carlos Magno Lisboa



Em sua caminhada os naturistas — só 20 — andaram 10km dentro do Parque Nacional

20 PARTICIPAM DE CAMINHADA NATURISTA

A Sociedade Brasileira de Naturopatia organizou uma "caminhada naturista" em homenagem ao dia da árvore, esperando o comparecimento de cem pessoas. Mas só compareceram vinte, entre naturistas e curiosos.

Após a caminhada foram plantadas algumas árvores no bosque dos naturopatas, uma área cedida pelo Parque Nacional à sociedade. Também como parte das comemorações houve um jantar naturista no restaurante Coisas da Terra, durante o qual se exibiram filmes ecológicos cedidos pela embaixada da Alemanha.

Em setembro, a sociedade promoverá um curso de medicina natural, cuja aula inaugural foi minis-

trada pelo médico salvadorenho José Efraim Melara, considerado uma das maiores autoridades mundiais de naturismo.

Este curso é um dos preparativos para o Quinto Congresso Latino Americano de Naturismo, organizado pela sociedade, que será realizado em Brasília entre 21 e 28 de setembro de 1980. A sessão inaugural do congresso será no Centro de Convenções e as restantes no Parque da Água Mineral.

Segundo Clarisvaldo Velloso Costa, presidente da Sociedade Naturopática, este congresso será o grande passo para o desenvolvimento do naturismo no Brasil, que assim alcançará o mesmo estágio de outros países, como o México, sede do úl-

timo congresso, e a Argentina, que conta até com uma faculdade naturista.

Neste congresso Clarisvaldo pretende reunir, além dos naturopatas, vegetarianos, macrobióticos, iogues e todos aqueles que se interessem em levar uma vida natural. Quem estiver interessado poderá se dirigir à sede provisória da sociedade, que funciona na SQN 313, Bloco "A" apt° 306 telefone 272-0348.

A NATUROPATIA

A Sociedade Brasileira de Naturopatia foi fundada em Brasília no ano passado e tem como principal finalidade reaproximar o homem da natureza. A naturopatia é definida

como o conjunto de métodos para manutenção e recuperação da saúde, através do emprego de agentes naturais como alimentos, ar, exercícios físicos, massagens e técnicas semelhantes.

Além disto a sociedade pretende pesquisar e difundir o naturismo como "técnica de auto-realização do homem para sua libertação integral, preparando-o assim para o terceiro milênio", que para os naturopatas começou em 1948 com o início da era de aquário.

Todos os meses os naturopatas vão afora reunir-se para sua caminhada naturista, no Parque Nacional de Brasília.

Roland Stille

ÓRGÃOS PÚBLICOS IGNORAM PROIBIÇÃO DE ATESTADOS

Há cerca de um mês o presidente João Figueiredo aboliu, por meio de um decreto, a exigência dos atestados de vida, residência, pobreza, dependência econômica, idoneidade moral e bons antecedentes, instrução que deveria ser imediatamente aplicada pelos órgãos públicos. O objetivo dessa medida era facilitar a execução do programa de desburocratização criado no primeiro semestre deste ano. Campus foi às delegacias e constatou que a procura de atestados permanece como antes.

Embora o decreto que aboliu formalmente a exigência de atestados pelos órgãos públicos já tenha sido assinado há um mês, até agora nada mudou para as delegacias do Distrito Federal: elas continuam a expedir diariamente entre 300 e 700 atestados. Afinal, a Previdência Social, as empresas e órgãos administrativos que admitem empregados e até as companhias de transporte cole-

tivo, que emitem passes escolares, continuam a exigí-los.

Teoricamente, as entidades e órgãos da Administração Federal Direta e Indireta deveriam ter acabado com a exigência de apresentação dos atestados de vida, residência, pobreza, dependência econômica, idoneidade moral e bons antecedentes, conforme instruções do Decreto nº 83-936, assinado no último dia 6 de setembro.

Entretanto, no Posto de Identificação do Touring Club, a quantidade do atestado que expede, o de bons antecedentes, não mudou: uma média de 80 por dia. Somente nos dois primeiros dias depois que o decreto foi anunciado é que não apareceu ninguém. O posto, que fica aberto até às 19h, expede os atestados principalmente para fins de emprego, na sua maioria destinados à Câmara, Senado e Banco Central. Disse um funcionário que sempre que

alguém procura aquele posto querendo atestado, é informado de que já saiu um decreto e que não é preciso. "Mas o pessoal continua insistindo", contou.

Na 2ª Delegacia de Polícia (Asa Norte) o maior número dos quase 100 pedidos diários é de atestados de dependência econômica, que servem, entre outras coisas, para comprovar a situação de arrimo de família e para financiamento de casa da SHIS, e de atestados de pobreza, para comprovação, junto ao INPS, de que não se pode pagar exame solicitado por médico daquele instituto.

Já na Delegacia do Lago (10ª DP) a que menos dá atestados — só 10 por dia — o de Residência é o que mais tem saída. Em Taguatinga, o referido atestado também é o mais solicitado, porém cerca de 20 atestados de Dependência Econômica e 10 de Pobreza são expedidos, principalmente para fins de serviço

militar e direito a serviços jurídicos gratuitos.

O mesmo acontece em Sobradinho e Planaltina. Em ordem decrescente, pedem-se atestados de Residência, Dependência Econômica e Pobreza. A explicação encontrada para que o atestado de residência seja o mais solicitado é que, além de servir para emprego, financiamentos e emplacamentos de carros, é muito procurado por estudantes, principalmente em época de matrícula, para que possam comprar passes de ônibus pela metade do preço.

Com exceção da Delegacia do Cruzeiro (3ª DP) que solicita que a pessoa esteja acompanhada de duas testemunhas, quando se precisa de um atestado a única coisa exigida é a presença do interessado na delegacia. Nem o formulário é cobrado, a não ser que a pessoa queira comprá-lo em uma papelaria.

Maria Aparecida Fernandes